

capítulo III

Negócios

Q na Política

HISTÓRIA DO SENADO FEDERAL BRASILEIRO

Senado Federal – 1ª fala no trono – 1823, D. Pedro I.

Depois falaram D. Pedro II e a Princesa Isabel por 20 legislaturas.

Atribuição – tomar juramento do Imperador, eleger a Regência e marcar os limites de sua autoridade; resolver dúvidas sobre a sucessão da coroa; fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las; fixar, anualmente, as despesas públicas e repartir a contribuição direta; autorizar o governo a contrair empréstimos; criar ou suprimir empregos públicos; dirigir os trabalhos da Assembléia Geral para eleger a Regência em caso de morte do Imperador.

Com a declaração da independência do Brasil, D. Pedro I convocou a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, eleita no início de 1823 e dissolvida depois de sérias divergências com o imperador. Em seu lugar o monarca criou um Conselho de Estado para tratar do “negócios de maior monta” e elaborar o novo projeto da carta.

A Constituição Política do Império do Brasil, como monarquia centralista e hereditária, estabelecia os poderes Legislativo, Executivo (imperador e seus ministros), Judicial (juizes e jurados) e Moderador (imperador). O papel do Legislativo era delegado à Assembléia Geral (composta pelo Senado e Câmara dos Deputados) com a sanção do imperador.

Nasceu assim o Senado Brasileiro, com raízes na tradição grego-romana, a 1ª sessão ordinária do **Senado do Império foi realizada em maio de 1826**, tornou-se histórica devido à eleição da primeira nessa diretoria da casa. Cinquenta senadores representavam as províncias em quantidade proporcional à população.

- Sucessivos conflitos, D. Pedro I é levado a abdicar-se do trono em 1831. Regente, Reinado, D. Pedro II foi o mais longo governo da história brasileira – até a Proclamação em 1889.

O quadro político no Senado era influenciado por senadores proprietários rurais ou ligados ao escravismo e ainda pelos que se dedicavam às questões políticas administrativas.

Acervo do Arquivo Histórico do Senado Federal

- Proposição da Câmara dos Deputados que declarou extintas a escravidão no Brasil. Lei 3353/05/88
- Petição de um grupo de escravos libertos – Clube dos Libertadores contra a escravidão – solicitando a lei dos sexagenários.
- Projeto dos senadores Visconde de Sapucaí / Visconde de S. Vicente que dispõe de nascerem livres os filhos de escravas – Doc. Brasil para a lei 2040 de 28/09/1871 – Lei do Ventre Livre.
- Última reunião da Sessão do senado (queda da monarquia) foi dia 16/11/1889. “Os senadores já sabiam da queda do Império através dos jornais, até que o plenário foi ocupado por sentinelas armados. Os primeiros cassados pela intervenção anticonstitucional foram os parlamentares imperiais, entre eles, a **primeira senadora**, Princesa Isabel.
- 24/02/1891 – promulgação da 2ª Constituição do Brasil, em vigor até 1930. (pequena reforma 1926)
- 1891 – três poderes – eleitos pelo povo (masculino e branco), 03 senadores por estado com mandato de 09 anos – Revolução de 30 – interventores.
- Constituição – 1934 – 37 – ditadura Vargas – 16/07/1934 – 3ª do Brasil.
- 03 de maio de 1933 – eleita uma Assembléia Constituinte
- Senado 08 anos
- Câmara com 04 anos
- O poder legislativo é exercido pela Câmara dos Deputados com a colaboração do Senado Federal.
- 1937 – Getúlio Vargas decreta uma Constituição de cunho autoritário e facista.
- Constituição de 1937 – outorgada por Getúlio, elaborada por Francisco Campos, foi apelidada de **Polaca**.
- 18 de setembro de 1946 – aprovada a nova Carta Magna em vigor até 1967.
- Quinta República – Elaborada pelo governo a Constituição de janeiro de 1967 (com regras determinadas) pelo Ato Institucional nº 4 de dezembro de 1966.
- 52ª Legislatura – 2003 a 2007 – Início 2003. Oito senadores.